

Documentação

MEIO AMBIENTAL

Fonte: fsp

Data: 25/2/2000 Pg 3-6

Class: 53

PREVENÇÃO Laboratório estatal fará preservativos masculinos; produtos não serão vendidos em farmácias

Governo prepara produção de camisinha

GABRIELA ATHIAS
da Reportagem Local

O governo brasileiro vai começar a produzir o primeiro preservativo masculino feito por laboratório público, o Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz. A informação foi confirmada à Folha pela diretora do laboratório, Eloan Pinheiros.

A nova camisinha, que deve começar a ser fabricada em 14 meses, pode, segundo técnicos do projeto, baratear o custo do produto e assegurar a constância do fornecimento de preservativos ao Ministério da Saúde.

Além disso, pode aquecer a economia de uma das regiões mais pobres do país: o látex será extraído dos seringais de Xapuri, no Acre. A fábrica também será construída naquele Estado.

Esse preservativo não será vendido em farmácias. Vai ser destinado aos programas de prevenção da AIDS dos Estados, municípios, ONGs e do governo federal.

Eloan, do Farmanguinhos, explica que o Ministério está elaborando o edital da licitação internacional para a aquisição de tecnologia de produção e dos equipamentos. A expectativa é que no primeiro ano de funcionamento, a fábrica produza 95 milhões de unidades, por US\$ 0,03 (R\$ 0,05).

O preço mínimo apresentado por uma empresa na última licitação para a compra de preservativos, na Secretaria Municipal de

São Paulo, foi de R\$ 0,13.

Pedro Chequer, coordenador dos programas de DST/AIDS do Ministério da Saúde, diz que além do preço menor, a fabricação nacional de camisinha vai agilizar o fornecimento do produto. Os processos de licitação internacional podem prolongar-se até por 12 meses, diz Chequer.

É o caso, por exemplo, da última compra de 200 milhões de camisinhas, feita pelo Ministério, que se arrasta há mais de um ano. "Se houver uma crise no mercado internacional, poderemos ficar sem preservativos e isso não pode acontecer", diz o coordenador. "Temos de ser auto-suficientes".

Hoje, o consumo anual do Ministério da Saúde, que fornece preservativos aos 27 Estados, é de 200 milhões por ano. Eloan diz que essa demanda deverá ser atendida no segundo ano de funcionamento da fábrica. Para isso, o Ministério vai adquirir uma segunda linha de produção. O custo do projeto, sem os equipamentos adicionais, é de US\$ 3 milhões.

O controle de qualidade do preservativo será feito pelo Instituto Nacional de Tecnologia, um órgão autorizado pelo Inmetro para realizar esse tipo de trabalho.

Três laboratórios comerciais fabricam camisinha hoje no Brasil: Johnson & Johnson, INAL (produção mensal de 7,5 milhões a 8 milhões de unidades/mês) e Blowtex (escala de 5 a 5,5 milhões/mês).

Antes de decidir fazer uma fábrica, o Ministério, diz Chequer, conversou com as indústrias que produzem camisinha no país. Segundo Chequer, não houve interesse da parte deles em aumentar a produção. "Seria preciso fazer investimentos e eles preferiram continuar importando os preservativos", diz.

Empregos

A fábrica, que será chamada de Chico Mendes, em homenagem ao líder dos seringueiros, assassinado em dezembro de 1988, vai gerar cem empregos diretos. O mais importante, diz Carlos Vicente, secretário de Floresta e Extrativismo do Acre, é que vai duplicar a renda das 1.300 famílias que vivem do extrativismo.

Para funcionar, a fábrica vai precisar de 17,5 toneladas de látex líquido por mês. Essa é a forma mais valorizada dessa matéria prima.

Hoje, as cooperativas de seringueiros vendem apenas látex coagulado (conhecido como borracha seca). Parte dessa produção é comprada por uma usina de beneficiamento que produz o Granulado Escuro Brasileiro, um produto que compõem os pneus. A outra parte é negociada com atravessadores.

O quilo do látex coagulado é vendido a R\$ 0,90, enquanto um litro dele em estado líquido vale R\$ 1,35. "Para os seringueiros isso faz muita diferença", diz Vicente.

Acre tenta fazer seringueiros retomar atividades na floresta

da Reportagem Local

A fábrica de preservativos Chico Mendes, que será instalada em Xapuri, no Acre, faz parte do projeto de incentivar as famílias seringueiras a sair da periferia das cidades e a voltar para a região de florestas.

Por esse motivo o governo do Acre interessou-se em sediar a primeira fábrica de camisinha nacional. "Esse apoio foi fundamental", diz Pedro Chequer, coordenador dos programas de DST/AIDS, do Ministério da Saúde.

Hoje, dos 500 mil habitantes do Acre, apenas 35% vivem na região

de floresta. Na década de 70, esse percentual era de 80% e em 80, de apenas 60%. "As famílias abandonaram as florestas", diz Carlos Vicente, secretário de Florestas e Extrativismo do Estado.

Essas famílias, diz ele, são as responsáveis pelo inchaço da capital, Rio Branco (a 192 km de Xapuri). O problema, segundo Vicente, é que com renda mensal de um salário mínimo na periferia essas famílias vivem na linha de pobreza. Já na floresta, produzem os próprios alimentos, no esquema de roça de subsistência e acabam tendo mais qualidade de vida.

Além disso, diz Vicente, a ocu-

pação da floresta por comunidades de seringueiros é uma maneira de afastar grupos que praticam o extrativismo predatório.

Outra forma encontrada pelo governo de incentivar a ocupação da floresta foi pagar R\$ 0,40 por quilo de látex coagulado como "taxa de preservação ambiental". A intenção é valorizar a extração do látex.

Dados do governo do Acre já indicam a migração das periferias para a floresta, a tal ponto que será feito, ainda este ano, o primeiro censo dessas comunidades. O objetivo é criar políticas capazes de fixar populações nessa região.